

O OCIDENTE COMO A MEDIDA DE TODAS AS COISAS: APAGAMENTO DE CULTURAS E SABERES

Maria Izabella Souza de Lima

Mestranda do Curso de Teoria e História Literária da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, m264286@dac.unicamp.br;

Thomas Victor Barreto Cardoso

Mestrando do Curso Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba - UFSCar, tom.vicbarreto@gmail.com.

Resumo

Atualmente contamos com uma sociedade estruturada dentro de conceitos que possuem a capacidade de criar hierarquias, como gênero, raça, classe, nacionalidade, religião e outros. Mas esses conceitos foram criados pelo sistema eurocêntrico ocidental e imposto a diversos povos, que sofreram o apagamento e apropriação de suas culturas. O presente artigo tem por objetivo percorrer um caminho teórico que evidencie como consideramos hoje o ocidente como a medida de todas as coisas. Realizamos uma revisão bibliográfica com base em autoras como: Maria Lugones (2020), Gloria Anzaldúa (1987), Oyèrónké Oyèwùmí (2004), Gayatri Spivak (2010), Achille Mbembe (2018; 2019), Sueli Carneiro (2003; 2005) e Grada Kilomba (2019), para discutir o colonialismo e suas consequências na esfera dos saberes.

Palavras-chave: Ocidente; Colonialismo; Gênero; Raça; Classe.

Introdução

“Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.” - Carolina Maria de Jesus

Antes de mais nada, é preciso comentar o porquê da escolha desta frase de Carolina Maria de Jesus, o desejo da escritora em tentar mudar o mundo através das palavras, para nós é vista como uma tentativa de enxergar as coisas por outra perspectiva, por outro olhar. Carolina em suas palavras trazia uma forma única de olhar o mundo, e posicionava o olhar dos leitores e críticos sobre um lugar para o qual ninguém olhava, a favela e as pessoas pobres negras.

Por isso, este trabalho para além de um exercício de escrita para obtenção de nota final é também uma necessidade de olhar para outras formas de produzir e adquirir conhecimento. Tendo como objetivo pensar a sociedade e a humanidade, sobretudo na modernidade, nos propomos problematizar o ocidente como medida de todas as coisas.

A partir da Renascença, com o iluminismo e a valorização do pensamento científico, por muito tempo o “Homem Vitruviano”, - o homem - , foi a medida de tudo, mas com o avanço do capitalismo o padrão tomou uma outra forma. Não era apenas o homem que era a medida, mas sim, quanto poder ele detinha tanto espacial, quanto monetário. E pensando atualmente, o conhecimento que possui mais visibilidade e é mais valorizado é aquele produzido, majoritariamente, por intelectuais ocidentais. (MIRANDOLA, 2015, p. 13/14)

Sendo importante demarcar que, quando falamos ocidental estamos demarcando lugares como Estados Unidos da América e Europa. Lugares que, não surpreendentemente, foram aqueles que num ímpeto de desbravamento saíram escravizando povos, matando culturas e línguas. Tudo isso em nome do avanço territorial, e não obstante, do crescimento monetário.

Metodologia

Temos como proposta expor alguns marcadores como: colonialismo, gênero, sexualidade, racismo e xenofobia. Percorreremos um caminho teórico que evidencia como consideramos hoje o ocidente como a medida de todas as coisas. Realizamos uma revisão

bibliográfica com base em autoras como: Maria Lugones (2020), Gloria Anzaldúa (1987), Oyèrónké Oyèwùmí (2004), Gayatri Spivak (2010), Achille Mbembe (2018; 2019), Sueli Carneiro (2003; 2005) e Grada Kilomba (2019), para discutir o colonialismo e suas consequências na esfera dos saberes. E que trazem em seus trabalhos uma nova perspectiva de produção de saber e conhecimento, de pensar o ser humano e suas relações.

Resultados e discussão

Discutindo métodos de apagamento

1. Colonialismo

Não tem como falar sobre o ocidente, sem antes discutir o colonialismo, visto que, tais conceitos estão muito imbricados. Segundo Filho & Dias (2018) o colonialismo além de um sistema de exploração econômica e dominação política, foi também um modo de percepção do mundo. Pois produziu formas de enquadramento da vida social e criou relações construídas em forças hegemônicas, em tensão com formas não-hegemônicas. Ou seja, os padrões, de acordo com os autores “[...] Trata-se de ‘um processo histórico totalizante, instituidor de uma hegemonia orientadora da percepção e da experiência social.’” (FILHO, DIAS, 2018, p. 9; Trajano Filho, 2004:23).

Por isso, a historiografia e a antropologia têm realizado nas últimas décadas um exame do colonialismo como um processo que atuou inseparavelmente na economia política e na cultura. Deste modo, o colonialismo está relacionado ao evento histórico do capitalismo industrial e os adventos da modernidade, e atravessa, ao mesmo tempo, o campo das representações, dos valores, dos discursos.

Nos regimes coloniais, investiu-se muito na construção de categorias sociais. Já que, criar categorias é uma atividade humana fundamental. É uma forma de ordenar o mundo e moldar a percepção sobre ele, também um ato de poder. Por isso, nomear, ordenar e construir relações é uma forma de criar uma realidade que se pretende absoluta, ou seja, ainda que precise conviver com percepções concorrentes apenas uma forma de categorizar é a correta. E assim, é o espírito imperialista que violentamente invadiu países e continentes. Os autores Filhos & Dias definem assim:

Os regimes coloniais representaram empreendimentos grandiosos direcionados a instaurar uma visão de mundo singular, buscando estratégias de imposição de um conjunto de categorias e valores que classificavam as pessoas e as coisas, construindo hierarquias e fornecendo, assim, as bases sobre as quais se sustentavam as práticas de dominação. [...]. Era preciso definir o status de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo. (FILHO, DIAS, 2018, p. 10/11)

Deste modo, para que o empreendimento colonialista fosse bem sucedido era necessário criar esses marcadores da diferença. Foi preciso forjar a identidade europeia como modelo central, sobretudo nos discursos e representações.

Em vista disso, há variadas formas de expressão e exercício da colonialidade. Com isso, a hegemonia do discurso eurocêntrico se alojou nos mais diversos conceitos que integram as relações hierárquicas, como o gênero, raça e classe. A dominação política alcançou também o pensamento, como argumenta Rafael Haddock-Lobo:

[...] à subordinação política, acaba promovendo uma espécie de colonização do pensamento, em que as experiências filosóficas seriam paulatinamente substituídas pelas do colonizador, ou seja, embranquecidas, gerando o que alguns especialistas chamam de epistemicídio, um etnocídio na esfera do pensamento (HADDOCK-LOBO, 2015, p.44-45)

A colonização do pensamento não só instala o discurso de poder sobre o Ocidente como faz o apagamento de outras culturas, com suas filosofias e outras formas de conhecimento. O autor Renato Nogueira atesta que “[...] o projeto de dominação do Ocidente tem um aspecto epistemológico que pretende calar qualquer filosofia que tenha sotaques diferentes” (NOGUEIRA, 2015, p.55-56).

Assim, diversas áreas do conhecimento têm seu surgimento reivindicados pelo Ocidente, efetuando o chamado epistemicídio. Sueli Carneiro (2005) o entende como um dispositivo que “[...] configura a racialidade como um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades com repercussões sobre a educação” (CARNEIRO, 2005, p.11). Para a autora, além da invisibilização e exclusão do conhecimento é “[...] um processo persistente de produção da indigência cultural” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Atribuir o surgimento da filosofia ou outros conhecimentos a um determinado lugar, é delimitar um começo, extinguindo outras formas de pensar e construir o conhecimento já presentes em outras culturas, que muitas vezes, são ligados a religiosidade e oralidade. Esse esforço em se apropriar do conhecimento foge a noção de perspectivismo proposto por Nietzsche, onde o conhecimento não tem como objetivo instaurar uma verdade absoluta, porque esta não existe, e sim pontos de vistas, diversas perspectivas.

A autora Elizia Ferreira, em seu artigo *Pensamento afro-brasileiro* discute a respeito do pensamento ocidental eurocêntrico se sobrepor aos demais, principalmente, o africano. Segundo a autora: “Ainda que alguns rejeitem essas fontes como “crenças” e superstições, outros entendem que os ancestrais fazem parte da centralidade da vida na África, são a base de sua moralidade e do sentido da vida” (FERREIRA, 2015, p.6). Baseando-se no antropólogo francês Marcel Griaule, Ferreira (2015) também debate a apropriação de importantes filosofias e conceitos pela cultura branca, como exemplo ela cita o conceito de *ubuntu*.

2. Racismo e xenofobia

Gloria Anzaldúa discute a sobreposição do pensamento branco colonizador nas demais culturas no seu livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987), onde diz “[...] a mestiza é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro” (ANZALDÚA, 1987, p.705). O conceito de cruzamento (conceito de *border*) é estar no limite, viver em um cenário em que os sujeitos cruzam constantemente fronteiras de identidade nacional, étnica, sexual, linguística implica um caráter transitório, indefinido na formação da individualidade social e cultural, resulta instabilidade identitária.

Esse estar à margem, - e traduzimos como um bom lugar para a produção de conhecimento -, é também usado pelo pensamento colonial como um marcador da diferença e exclusão. Assim, comportamentos como o racismo e xenofobia que, construídos a partir da colonialidade, atuam violentamente para circunscrever a diferença constantemente. Maria Lugones (2020), intelectual chicana, afirma que esses marcadores sociais coloniais estão em todos os aspectos da vida social e produzem separações, e elas são marcas da dominação colonial, como, por exemplo “africano” ou “índio”,

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. [...] Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. (LUGONES, 2020, p.57)

Nessas condições, há a necessidade de uma nova linguagem também que busque pela verdade e a retomada dos sentidos dos primeiros acontecimentos, ou seja, do (re)encontro com a ancestralidade. Portanto, há necessidade de romper com a lógica de apagamento de sociedades e nações para além das fronteiras estabelecidas, que, nos permitirá um olhar bem diferente a respeito da formação das sociedades humanas. Como também, de destacar outros sujeitos históricos.

Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), de Grada Kilomba, a colonialidade está nas palavras, nas experiências, e em como a memória é fundamental para a construção da escrita. A autora observa através de entrevistas como o racismo e a xenofobia, impactam a vida de mulheres negras e latinas. As palavras “plantação” e “memórias” mostram como o racismo não é apenas um passado colonial, mas também uma realidade traumática, sobretudo para mulheres negras. Assim, a escrita aqui é política, e se dá pela afirmação de ser como sujeito, e advém de um projeto de descolonização e, para além da negação do racismo, busca resistência e oposição a ele. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) no livro *Pode o subalterno falar*, discorre sobre a possibilidade e autonomia do subalterno falar, e que está sempre na posição de Outro, que também se relaciona com estar a margem. A autora também fala da importância dos estudos pós

coloniais, mas aponta para a necessidade de olhar melhor os padrões de análise de gênero e sexualidade.

[...]. Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas, como está ocorrendo na antropologia, na ciência política, na história e na sociologia. No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher continuará tão muda como sempre esteve. (SPIVAK, 2010, p. 86)

Percebemos, então, como se estruturou o colonialismo, e que foi preciso criar os marcadores como o racismo e a xenofobia para excluir e separar, atualizados pela modernidade para manutenção do poder eurocêntrico. Quijano (2005) propõe o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico, e que não desaparece com a independência ou a descolonização (processo de independência dos países colonizados).

Esse conceito é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial. Permite, portanto, explicar a continuidade de formas coloniais de dominação, mesmo com o fim de administrações coloniais. E mostra como essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. No entanto, como mostrou Spivak (2010) e, posteriormente, Maria Lugones (2020) em seu trabalho, é preciso repensar padrões de análise de gênero e sexualidade, e fazer uso da interseccionalidade para não produzir ainda mais análises eurocêntricas. E dirá que,

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. [...] A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. [...] Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”,

“hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. [...] Ainda que na modernidade eurocêntrica capitalista sejamos todos/as racializados/as e um gênero nos seja atribuído, nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as por esse processo. (LUGONES, 2020, p. 56-60)

Gênero, sexualidades e feminismos: repensando as categorias

O gênero e a sexualidade, como muitas outras categorias sociais que hoje são amplamente estudadas e discutidas, também são frutos da imposição do colonialismo, que é estruturado diante do patriarcado, capitalismo e cristianismo, para outras culturas. Estudiosas como Oyèrónké Oyewumi (2004), Maria Lugones (2020) e Gloria Anzaldúa (1987) denunciam em suas obras os efeitos do apagamento cultural sofrido por outros povos, onde as relações sociais não eram regidas pelo gênero.

Tratado como um conceito universal, o gênero é também utilizado como molde da imagem da mulher, através dos papéis e performance. Entretanto, a imagem criada também não representativa para todas as mulheres, e é criada a partir da mulher branca. Oyèrónké Oyewumi (2004, p.4) alega que, “[...] o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear”, porém, essa família (marido, mulher e filhos) não é universal, não são todas as famílias que possuem esse modelo.

Portanto, questionar os papéis de gênero e opressões ligadas a essa categoria por mais que carreguem a ideia de universalidade, estão representando apenas a estrutura social onde as mulheres são colocadas como submissas e condicionadas a maternidade e papel de esposa, como trazido por Oyewumi:

Dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Porque mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho (OYEWUMI, 2004, p.5).

Nesse sentido, Lugones (2020, p.72) chama a atenção: “[...] é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero”. Em outras culturas, elementos que são traduzidos como submissão pelo ocidente, tal qual a maternidade, são relacionados a poder.

Na tradição iorubá as famílias não eram generificadas, os papéis de parentesco e centros de poder dentro da família não eram regidas pelo gênero e sim pela antiguidade, ou seja o mais velho/a é aquele que detém mais conhecimento, portanto, quem ordena a casa, como explica Oyewumi:

Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (OYEWUMI,2004,p.6)

Em algumas tribos indígenas a categoria do gênero não era determinada pelo biológico, ou mesmo tinham o poder de estruturar a comunidade, como argumenta Lugones (2020, p.69, grifos da autora): “Os *yumas* tinham uma tradição para designar o gênero que era baseada em sonhos; uma fêmea que sonhava com armas transformava-se em macho para todos os efeitos”.

Os papéis sociais dentro dessas culturas também se diferenciam da dicotomia homem/dominador e mulher/submissa, pois as mulheres exerciam papéis ditos masculinos, pelo viés ocidental, como guerrear, caçar, tomar decisões pela comunidade. Por exemplo, as mulheres *cherokees*, que “[...] tinham poder de declarar guerra, decidir o destino dos prisioneiros, falar ao conselho de homens, intervir em decisões e políticas públicas, escolher com quem (e se) queriam casar, e também tinham o direito de portar armas” (LUGONES, 2020, p.70, grifos da autora).

Muitas tribos eram ginocráticas, ou seja, liderada por mulheres, como “[...] *susquehannas*, *hurões*, *iroqueses*, *cheroquis*, *pueblos*, *navajos*, *narraganses*, algonquinos da Costa, *montagnais* ”(LUGONES, 2020, p.70, grifos da autora). Ou ainda matrifocais, como alguns povos da África ocidental, sendo os yorubás um desses povos, em que a figura materna “[...] é o eixo em torno do qual as relações familiares são

delineadas e organizadas” (OYEWUMI, 2004, p.7.). Essas relações ainda são encontradas dentro de religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé.

Deste modo, entendemos que o gênero ligado ao determinante biológico (homem/pênis; mulher/vagina), assim como sua composição de poder (homem/dominante; mulher submissa) foram imposições do pensamento Ocidental. Segundo Oyewumi (2004, p.8):

O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais.

Essa problemática trazida pela autora não apenas diz respeito a realidades africanas, como qualquer outra diferente da eurocêntrica, tal como as indígenas ou chicanas. Anzaldúa ao resgatar a imagem da *mestiza*, alega ter sua cultura sufocada pela cultura branca, e diz:

Precisamos dizer à sociedade branca: precisamos que vocês aceitem o fato de que os/as chicanos/as são diferentes, que reconheçam a forma como nos negam e rejeitam. Precisamos que vocês admitam o fato de que nos viam como seres inferiores, que nos roubaram nossas terras, nossa humanidade, nosso amor-próprio. Precisamos que vocês nos compensem publicamente: que digam que, para compensar seus próprios defeitos, vocês lutam para terem poder sobre nós, vocês apagam nossa história e nossa experiência, porque lhes fazem sentir culpados – preferem esquecer seus atos de brutalidade (ANZALDÚA,1987,p.713).

A instituição do patriarcado também se deu a nível religioso, com o apagamento de Deusas, que foram demonizadas pelo cristianismo, principalmente durante a sua expansão na Europa, massacrando povos em nome da sua crença. Assim, como aconteceu também na

invasão das Américas, evangelizando os povos indígenas e escravos contrabandeados, sufocando suas crenças, culturas e linguagem.

Da mesma forma que ocorreu com o gênero, a sexualidade foi alvo do colonialismo e do biopoder. O controle da sexualidade surge como uma necessidade da burguesia e do Estado em controlar os corpos, índices de natalidade e os estereótipos de gênero. Para isso, utilizaram de instituições como a igreja, escolas, a própria família e a medicina.

Contudo, algumas tribos indígenas e africanas reconheciam relações não heterossexuais, justamente por não pautarem posições e relações no gênero. Isso tudo se alterou com o colonialismo, como explica Oyewumi (2004, p.67) “[...] a introdução do sistema de gênero ocidental foi aceita pelos machos iorubás, que assim foram cúmplices e colaboraram para a inferiorização das anafêneas”.

A implementação do gênero colonial modificou a estrutura hierárquica dos povos colonizados, ao impor o determinismo biológico e modos de opressão como: o sexismo, racismo e outros. Essa dualidade aparece na criação do sujeito ideal, uma ideia universalista de homens e mulheres, que não consideram nada além de elementos da cultura eurocêntrica. E torna claro, quando olhamos para movimentos sociais como o movimento de libertação da mulher, no século XX, ao levantar pautas que só refletiam as problemáticas de mulheres brancas, como dito por Lugones (2020, p.74) “Apagando toda história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não brancas, o feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher”.

Angela Davis (2016) também relata isso em seu trabalho, pois, ‘Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. (DAVIS, 2016, p.146).

O feminismo, assim como outros movimentos sociais, se preocupou com apenas uma categoria de opressão, no caso o gênero, igualando a vivência de todas as mulheres diante do sexismo e patriarcado, esquecendo-se, ou melhor apagando-se, outras opressões que não diziam respeito a quem estava à frente do movimento, feministas brancas e heterossexuais. Segundo bell hooks (hooks, 2019, p.29-30): “[...]mulheres brancas que hoje dominam o discurso feminista raramente se perguntam se a perspectiva que exibem corresponde verdadeiramente como grupo”.

A autora discute a ausência dos marcadores da diferença, contribuindo para a segregação das mulheres dentro do movimento por não serem representadas e ainda sofrerem outros tipos de opressão dentro do próprio movimento, “[...] o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas” (hooks, 2019, p.30).

Outra autora que discute como o feminismo deveria ter um olhar mais interseccional é Sueli Carneiro (2003) em que reforça que a luta das mulheres não é apenas superar a desigualdade gerada pela história hegemônica, mas também a superação de ideologias que advêm desse sistema. E afirma,

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não ‘é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão’. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2003, p. 3)

A dominação colonial eurocêntrica subverteu as noções de gênero e hierarquias sociais de diversos povos, na busca pela hegemonia e anulação de outras culturas diante da sua sobreposição. Mas como afirmado por Carla Eloi (2018) não é possível matar uma cultura sem matar seu povo, “[...] porque ela está enraizada na mente desse povo, é passada de geração em geração, mesmo pela oralidade, ela é memória, história e identidade” (ELOI, 2018, p.32). Por isso a cultura ocidental eurocêntrica se apropriou de elementos das demais culturas que resistiram ao apagamento, segundo a autora : “Uma cultura apropriada perde não só seus protagonistas, como perde seu poder de resistência, ela é neutralizada sorrateiramente, perdendo seu sentido e contexto original ” (ELOI, 2018, p.32).

Devido a isso, a escrita de pesquisadoras como Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, bell hooks, Spivak, Oyewumi, Davis e outras, não só

denunciam o sistema colonial e suas opressões, mas também fazem a crítica ao feminismo branco hegemônico, que esquece da pluralidade de corpos e vivências. As memórias costuradas ao texto são marcas de suas identidades e da herança de seu povo, sua cultura, sendo assim, uma forma de resistência ao discurso ocidental colonial.

Considerações finais

Todo esse caminho teórico metodológico percorrido por nós, foi necessário para mostrar como o pensamento colonial, que proporcionou a noção da europa como medida de todas as coisas. Com o intuito de mostrar que ainda que se opere, há formas de subversão dessa lógica. Observando como elas se constroem fica mais claro como podemos combatê-la e da importância de autores e estudos que tenham como centrais outros sujeitos históricos, como afirmou Mbembe (2019).

Além disso, este trabalho tem um tom de denúncia também assim como a escrita de pesquisadoras/es como Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, bell hooks, Spivak, Oyewumi, Davis, Mbembe, Fanon e outros. E proporcionar, portanto, novos métodos de fazer pesquisa que não apenas os eurocêntricos. Devemos trazer para o campo acadêmico outras formas de fazer história, e dar o devido protagonismo a outras culturas, como as já citadas indígena e iorubá que subvertem essa lógica de produzir saber.

Referências

ANZALDÚA, G. *Borderlands/la frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute books, 1987.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 06 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

COSTA, C.L; ÁVILA, E. Glória Anzaldúa: a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'. Estudos Feministas, v.13, n 03, p. 691-703, 2005.

COSTA, C.L. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, H.B (org.) Pensamento Feminista Hoje – perspectivas decoloniais. RJ: Bazar do Tempo, 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ELOI, CARLA LUÃ. Não se nasce malévola, torna-se: a representação da mulher nos contos de fada. 1a ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

FERREIRA, E. Pensamento Afro-brasileiro. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

FIGUEIREDO, L.C.M. “A Santa Católica na idade da polifonia”. In A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação (1.500 - 1.900). SP: EDUC: Escuta, 1996.

FILHO, Wilson Trajano; DIAS, Juliana Braz. “O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social” In: Anuário Antropológico [Online], II | 2015, junho 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1371>>. Acesso em: 05 de jan. 2021.

HADDOCK-LOBO, R. Por uma crítica das razões mestiças. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

hooks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro/ bell hooks; Tradução Rainer Patriota.- São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heoisa Buarque de Holanda; autoras Adrana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. P. 127-167.

MIRANDOLA, Pico della. Discurso pela dignidade do homem. Porto Alegre: Ed. Fi, 2015.

NOGUEIRA, R. Os gregos não inventaram a filosofia. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. V. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PIRES, T.R.O. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In HOLLANDA, H.B (org.) Pensamento Feminista Hoje – perspectivas decoloniais. RJ: Bazar do Tempo, 2020. SPIVAK, G.C. Pode o subalterno falar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.